



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18279083000165

ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Lei Ordinária nº 443/2021


Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 444/2021 em sessão ordinária de 25 de junho de 2021, de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67 c/c com o inciso XIV do art. 34 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei n. 444 e, em ato contínuo, promulga a Lei Ordinária n. 443 de 28 de junho de 2021.

Registra-se, publique e cumpra-se.

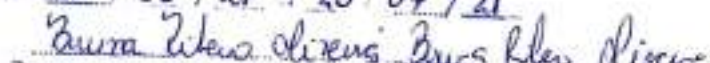
Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 28 de junho de 2021 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 28 de junho de 2021.


Eldimá Caldeira Benfica
Prefeito do Município de Jequitai/Mg

PUBLICADO NO
QUADRO DE AVISOS

de 28 / 06 / 21 a 30 / 07 / 21


Secretaria Municipal de Jequitai



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAIÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18279083000165

LEI ORDINÁRIA Nº 443/2021 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

PUBLICADO NO
QUADRO DE AVISOS

de 28/06/21 a 20/07/21

Bruno Ribeiro Oliveira
Prefeitura Municipal de Jequitaiá

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, VISANDO A ABSORÇÃO DAS TURMAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL CÔNEGO CLEMENTE LAURENS e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jequitaiá, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67 c/c no inciso XIV do art. 34 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitaiá aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal do município de Jequitaiá/MG autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, objetivando a absorção das turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da E.E. Cônego Clemente Laurens.

Art. 2º – Fica autorizado o Poder Executivo a firmar Convênio de Mútua Cooperação com o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de implementar ações necessárias à viabilização da absorção das turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da E.E. Cônego Clemente Laurens, que trata esta lei.

Art. 3º – Constituir-se-ão obrigações do Município:

I - Providenciar o encaminhamento desta Lei Autorizativa Legislativa para absorção do atendimento dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da E.E. Cônego Clemente Laurens.

II - Prestar assistência ao educando, nos aspectos pedagógicos, físico e social.

III - Responsabilizar-se pela transferência dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da E.E. Cônego Clemente Laurens para as escolas municipais do município de Jequitaiá-MG.

VI – Em caso de afastamento dos servidores efetivos do quadro de pessoal do Estado de Minas Gerais, cedidos ao município, substituí-los por servidores da Rede Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18279083000165

Art. 4º – Constituir-se-ão obrigações do Estado;

I – Transferir para o município, através do instrumento próprio, recursos para aquisição de gêneros alimentícios para suprir demanda de todos os alunos que forem absorvidos pelo Sistema Municipal de Educação;

II – Transferir para o município, através do instrumento próprio, recursos financeiros do FUNDEB para utilização em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino regular, em razão da absorção de alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais, da Escola Estadual Cônego Clemente Laurens.

III - Repasse de recursos financeiros para aquisição de bens permanentes e de consumo;

IV - Repasse de recursos financeiros para a execução de obras;

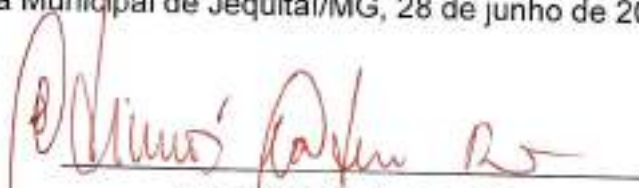
V - Repasse de recursos financeiros para manutenção e custeio dos alunos absorvidos durante o 1º ano da absorção;

VI - Cessão de servidores efetivos do quadro de pessoal do Estado; com ônus para o Estado do servidor efetivo ocupante de cargo do Quadro do Magistério, lotado nas escolas contempladas pelo Projeto Mãos Dadas, com validade por tempo indeterminado, havendo interesse do Estado e do Município, observada anuência do servidor, se prejuízo dos direitos e das vantagens do cargo efetivo, conforme resolução da SEE nº 4.584/2021.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei Autorizativa, se houver, correrão à conta da dotação específica.

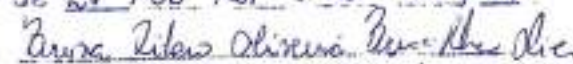
Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jequitai/MG, 28 de junho de 2021.


Eldimá Caldeira Benfica
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO
QUADRO DE AVISOS

de 28/06/21 a 20/07/21


Zilda Oliveira
Desp. Municipal de Jequitai